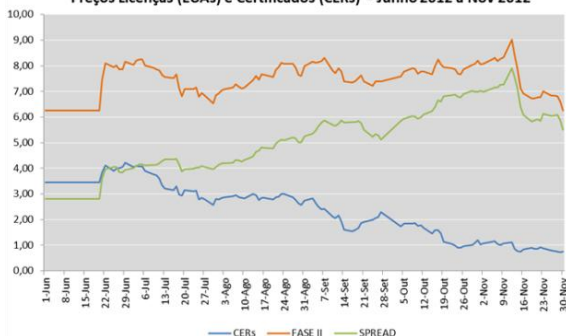


Preços Licenças (EUAs) e Certificados (CERs) - Junho 2012 a Nov 2012



Mercados de CO₂

O preço spot das Licenças de Emissão (EUAs) encerrou o mês a €6,25, uma descida de quase 24% em relação ao mês passado, enquanto que o mercado de créditos de Quioto teve uma queda ainda mais substancial em quase 39%.

O preço das EUAs começou o mês acima dos 8 euros, com a notícia de muita procura na venda de 3 milhões de licenças da fase três na Alemanha, rebatendo sinais de baixa na energia.

Os preços continuaram a subir com o optimismo de que os reguladores iriam intervir na diminuição da oferta. Chegaram aos 9 euros com as expectativas sobre o plano da CE, mas com o anúncio do plano que propõe a retirada de 900 milhões de licenças do CELE nos próximos 3 anos(a serem repostas no mercado em 2019 e 2020) começaram a descer. (cont. pág. 2)

| valores em € | 30-Nov | MoM | % |
|--------------|--------|-------|--------|
| EUA Spot | 6,25 | -1,95 | -23,8% |
| Fut 2012 | 6,20 | -1,85 | -23,0% |
| Fut 2013 | 6,47 | -1,92 | -22,9% |
| Fut 2014 | 6,84 | -1,99 | -22,5% |
| CERs Spot | 0,74 | -0,47 | -38,8% |

Doha na recta final

Falta um dia para terminarem as negociações que decorrem em Doha (Qatar) no âmbito de mais uma Conferência (já a 18ª) que reúne as Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC). Depois de quase duas semanas mais focadas em desembaraçar novos termos técnicos, é normalmente neste último dia, com a presença dos líderes políticos das várias nações aí representadas, que as posições de cada um são tomadas e muitos assuntos pendentes são definidos neste processo multilateral. (cont. pág 2 e 3)

Preço das licenças no centro das atenções da Comissão Europeia

No período 2013-2020, o CELE enfrentará um importante desafio: a herança do excedente de licenças do actual período. Prevê-se que no final de 2012 haja um excedente de licenças de cerca de 1,4 mil milhões de licenças. Este elevado número de licenças é resultante de uma redução dos níveis de produção da indústria europeia em consequência da crise económica global, levando à queda de procura de licenças de emissão por parte dos operadores CELE acompanhada por uma forte queda nos preços do carbono. (cont. pág.4 e 5)

| | 30-Nov | % |
|---------------------|--------|--------|
| UK Gas (GBP p/th) | 68,85 | 4,3% |
| Carvão (API2 USD/t) | 91,00 | 17,8% |
| Brent (USD/barrel) | 111,23 | 2,83% |
| Crude (USD/barrel) | 88,91 | 2,1% |
| German Baseload | 46,05 | -1,29% |

Mercados de CO₂ (cont.)

A Polónia reiterou a sua oposição à proposta da CE e há boatos de que os Estados membros da UE estão divididos. A Polónia continua contra a ideia, porque a avaliação do impacto do plano publicado no início de Novembro, não levou em conta as consequências económicas regionais que diferem de estado membro para estado membro.

O Ministro da economia da Alemanha disse também ser contra o plano embora o ministério do meio ambiente do país seja a favor, levando a especulações de que o país poderia abster-se sobre o assunto na votação que estava prevista para meados de Dezembro.

Mas o mês de Novembro terminou com o anúncio de que a CE não vai votar em Dezembro o tal plano de retirada de 900 milhões de licenças, falhando assim os seus próprios *deadlines* e provocando nesse dia uma queda de mais de 10% nas licenças e créditos de carbono.

Entretanto a CE anunciou também a suspensão temporária da regra que obriga as companhias aéreas estrangeiras a pagarem pelo CO₂ emitido pelos seus aviões que entrem no espaço europeu. A aviação foi incluída no comércio europeu de licenças de emissão em Janeiro deste ano. O dióxido de carbono emitido por todos os aviões que descolem ou aterrem em aeroportos europeus tem de ser compensado por licenças compradas no mercado. A norma vale tanto para as empresas europeias como para as de fora da UE. A comissária europeia para o clima, Connie Hedegaard, disse ter proposto suspender a taxa porque "há sinais de que podemos alcançar um acordo a nível internacional". "Mas se as coisas não ficarem claras, se não se chegar a um acordo até esta data, retrocederemos ao ponto onde estávamos. Não haverá uma nova proposta", disse.

Um perito das Nações Unidas revelou que o número de créditos de carbono emitidos sob o mecanismo de Implementação Conjunta das Nações Unidas (JI) já ultrapassou 400 milhões e pode ultrapassar 500 milhões até final do ano, sugerindo que o excesso de oferta pode ser muito maior do que se pensava. Os analistas da Thomson Reuters Point Carbon tinham previsto que as ERUs deveriam chegar aos 377 milhões no final do ano, com base nos mais recentes dados oficialmente anunciados da Rússia e Ucrânia.

O preço das ERUs caiu para uma baixa recorde de 40 cêntimos no dia 15 de Novembro, apenas uma fração do seu preço de 6,36 euros há um ano atrás.

O parlamento australiano aprovou a legislação que vai "linkar" um mecanismo do país ao Esquema de Comércio de Emissões da UE a partir de 01 de Julho de 2015, a primeira ligação intercontinental de mercados de carbono.

A decisão significa que 300 dos maiores emissores australianos podem usar licenças de CO₂ europeias para cumprir as metas nacionais a partir de meados de 2015. Numa tentativa de manter os custos baixos, as empresas australianas podem usar créditos de compensação da ONU para cobrir 12,5% das suas metas, e as licenças da UE para mais 37,5%.

Maria João Ramos

Comunicação

mramos@ecoprogresso.pt

Doha na recta final (cont.)



Foto: <http://unfccc.int/2860.php>

Em Doha, os desafios em causa após os acordos alcançados em Durban, são vários:

- Estabelecer as regras do segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto (PQ2) para os países desenvolvidos, que terá início já em Janeiro de 2013.
- Continuar os trabalhos para uma visão partilhada de um compromisso de acção no longo prazo (conhecida como LCA)
- Até 2015 a nova Plataforma de Durban para uma Acção Reforçada terá de desenhar as regras do novo instrumento com força legal para uma acção mais rápida.

Como refere a Ministra do Ambiente, Assunção Cristas em entrevista e transmitida na sua intervenção de hoje em Doha: "Neste momento o que se planeia fazer não é suficiente para podermos limitar a temperatura global a 2°C e portanto temos de conseguir trazer mais ambição a este processo"¹. De facto, num estudo recente da UNEP² este "gap" de ambição dos compromissos actuais é reconhecido e só agindo precocemente se poderá evitar o risco de um cenário de 4°C passar a ser mais provável (e cujas possíveis implicações são evidenciadas num estudo do Banco Mundial³).

Doha na recta final (cont.)

Nas palavras do secretário geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, devem ser os países com maiores responsabilidades de contribuição histórica para o fenómeno das Alterações Climáticas que devem mostrar uma actuação mais forte⁴. Aqui subjacente está o princípio base de actuação com responsabilidades comuns mas diferenciadas, que efectivamente significa que todos temos o dever de proteger o planeta, mas quem contribuiu mais para as emissões de gases com efeito de estufa globais (desenvolvidos e estados industrializados) têm um papel maior a desempenhar. A lógica tem ainda por base que quem se desenvolveu mais também terá, em princípio, mais capacidades para reduzir as suas próprias emissões e ajudar as outras nações a adaptarem-se⁵.

Na aplicação deste princípio gerou-se uma divisão Norte/Sul entre países desenvolvidos e em desenvolvimento durante 20 anos de negociações. Nesta nova fase iniciada em Durban, na transição para um novo modelo de regime legal, esta linha de separação é rompida focando-se agora em quem tem emissões e quais os respectivos compromissos de redução que serão assumidos, a partir de 2015, por todos "(...) *climate makers and climate takers. Climate champions and climate laggards. The division of these categories is no longer north-south*"⁵.

A comissária para a acção Climática da União Europeia - Connie Hedegaard, expressa as expectativas da União Europeia que tem liderado de alguma forma as negociações: "*Doha must build on the breakthrough we achieved in Durban and make progress in preparation of the 2015 legally binding global climate agreement. Equally important will be agreeing on further measures to reduce emissions so we can stay below a 2° C increase. The EU stands by our commitments to participate in a second period of the Kyoto Protocol and to continue providing major financial support to help developing countries tackle climate change* (...)"⁶.

Apesar da determinação, os observadores temem que um segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto possa estar em risco devido à actual posição política da Rússia e da Polónia. A Polónia insiste na garantia de poder transferir o excesso de unidades de quantidade atribuída (AAUs) resultantes do "Hot air"⁶, isto é, resultantes do colapso económico e não propriamente de um esforço intencional de redução de emissões. Estima-se um excedente de cerca de 13 mil milhões de AAUs no final do primeiro período de cumprimento do Protocolo de Quioto, a pouco menos de um mês. Esta posição coloca em risco não só a negociação do segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto, como a credibilidade da União Europeia enquanto líder nos assuntos climáticos⁷.

Samantha Smith, responsável pela WWF's Global Climate & Energy Initiative alerta para a necessidade de os países tomarem consciência do estado actual do clima: "*The reality of a 4 degree warmer world is staring us in the face. Ministers of EU countries, Russia and Ukraine, at the Doha negotiations have an obligation to act with urgency and to do everything within their power to make real cuts to CO₂ emissions. They cannot allow these countries to block the need to raise ambition in these talks by allowing trading of AAUs under the KP2*"⁸.

Doha tem uma agenda ambiciosa pela frente, mas apesar das dificuldades reconhecidas para o consenso político, Christiana Figueres, secretária executiva da CQNUAC está confiante quanto aos resultados finais continuando o trabalho de Bali e Durban:

" (...) *and how are governments going to enhance the ambition for mitigation and adaptation and finance right now and beyond 2015. So the whole package has been worked on for a year and I am always cautiously but certainly optimistic that they will take that package forward in Doha (...) the trust building that I needed I think is now on the table*"⁹

Até amanhã ficamos na expectativa dos resultados finais de mais uma cimeira do clima!

Referências:

- 1-http://www.tsf.pt/PaginalInicial/Vida/Interior.aspx?content_id=2928104 e <http://videos.sapo.pt/lqT15e8fAfTa4IMwnEfl>
- 2 - Relatório anual "The Emissions Gap Report 2012" da UNEP indicando que o impacto das pledges actuais de redução de emissões dos países não é o suficiente para chegar ao limite de 2°C
- 3 - "Turn down the heat: Why a 4°C Warmer World Must be Avoided" do Banco Mundial - documento que retrata a realidade de um mundo com um aquecimento global de 4°C e advoga que é necessário tomar medidas urgentes
- 4-<http://m.guardian.co.uk/environment/2012/dec/05/china-due-contribution-emissions-cuts>
- 5-<http://www.rtcc.org/un-climate-talks-not-about-developing-versus-developed/>
- 6 - http://ec.europa.eu/clima/news/articles/news_2012112301_en.htm
- 7-<http://www.rtcc.org/korolec-poland-not-for-budging-on-kyoto-protocol-hot-air-in-doha/>
- 8-http://wwf.panda.org/what_we_do/how_we_work/policy/conventions/climate/cop_18_doha/?206943/HOT-AIR-How-Doha-can-deliver-real-results-on-emissions
- 9 - Entrevista a Christiana Figueres para vídeo da RTCC

Ana Martins

Coordenadora

amartins@ecoprogresso.pt



Foto:http://wwf.panda.org/what_we_do/how_we_work/policy/convention/climate/cop_18_doha/?206971/Bursting-Bubbles-of-Hot-Air

Preço das licenças no centro das atenções da Comissão Europeia (cont.)

É neste cenário e no seguimento de vários meses de discussão que a Comissão Europeia propôs em Novembro a redução em 900 milhões do volume de licenças leiloadas nos primeiros anos do período, com o consequente aumento em igual volume nos últimos anos da Fase III do CELE. O plano, notícia de destaque na secção “Mercados de Carbono” desta edição da econews, passa por retardar parte das vendas anuais de licenças via leilão previstas de 2013 até 2015 - 400 milhões de licenças das vendas de 2013, 300 milhões de 2014 e 200 milhões de 2015 – sendo que o mesmo volume seria reintroduzido no final do período: 300 milhões de licenças em 2019 e 600 milhões de licenças em 2020.

O plano proposto pela CE – uma abordagem denominada por ‘*back-loading*’ – constitui a primeira medida a curto prazo para fazer frente ao aumento do já elevado excedente de licenças que “assombra” o próximo período. De notar que o *back-loading* de licenças proposto constitui acima de tudo uma revisão do calendário de venda em leilão de licenças, em nada alterando o tecto ou o volume total de licenças para venda em leilão no próximo período. A CE procura desta forma sustentar os preços de carbono, actualmente em mínimos históricos. A Comissária Europeia para o Ambiente, Connie Hedegaard, alerta que “não devemos sobrecarregar um mercado que já está mais do que sobrecarregado” (http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/hedegaard/headlines/news/2012-11-14_01_en.htm).

Uma vez que a proposta apresentada passa pela alteração do Regulamento dos leilões, vários eurodeputados têm vindo a manifestar a sua preocupação relativamente ao poder de escrutínio da CE nesta alteração. Neste contexto, a CE pretende clarificar a disposição específica na Directiva CELE de forma a permitir a alteração dos volumes a leiloar ao longo do período em resultado de situações excepcionais.

No entanto, a aprovação da alteração do Regulamento de Leilões está dependente de aprovação por parte da maioria dos Estados Membros, tendo ainda que a alteração da lei ser aprovada por votação do Parlamento Europeu. A CE recentemente convidou os vários Estados Membros a apresentar a sua posição relativamente à alteração proposta.

Como acrescenta a secção de “Mercados de Carbono”, a proposta tem dividido a opinião dos Estados Membros, com a demonstração do apoio da Holanda, Reino Unido, França e Dinamarca a contrastar com o impasse alemão e a firme oposição da Polónia. Com a votação pela Comissão apontada para o início do próximo ano, prevê-se que a proposta siga a votos no Parlamento Europeu em Março de 2013.

No entanto, a CE acredita que a medida de *back-loading* das licenças poderá ter que ser reforçada ou complementada com outras opções. Com vista a uma solução sustentável a longo prazo à problemática do excedente de licenças no CELE, a Comissão Europeia apresentou ainda recentemente um pacote de possíveis medidas de reformas estruturais mais permanentes. São seis as opções de reformas estruturais ao sistema apresentadas:

- Opção a, que passa pelo aumento do compromisso europeu de redução de emissões até 2020 (em relação aos níveis de 1990) de 20% para 30%;
- Opção b, pela remoção permanente de um volume de licenças na Fase III do CELE;
- Opção c, assentando na revisão do factor linear de redução do cap da Fase III do CELE;
- Opção d, pela inclusão de outros sectores no CELE, potencialmente menos vulneráveis aos ciclos económicos que poderia conduzir a uma maior estabilidade do CELE;
- Opção e, pela limitação parcial ou total da utilização de créditos de carbono gerados no mercado internacional;
- Opção f, pelo estabelecimento de mecanismos de gestão de preço (aquando situações excepcionais) e/ou de uma reserva de licenças, que seria accionado na eventualidade de episódios de excedente para ajustamento da procura e oferta de licenças.

As possíveis medidas de reforma estrutural do CELE propostas seguem agora para consulta pública, de forma a considerar os pontos de vista dos diversos intervenientes do CELE. A maioria destas medidas é sem dúvida discutível, em particular as opções (c) e (e) são totalmente castradoras à possibilidade de planeamento por parte das empresas que em Dezembro de 2012 ainda não sabem o que se poderá passar a partir de Janeiro de 2013.

Preço das licenças no centro das atenções da Comissão Europeia (cont.)

Fontes:

http://ec.europa.eu/clima/news/articles/news_2012111203_en.htm

http://ec.europa.eu/clima/policies/ets/auctioning/third/docs/20121112_com_en.pdf

http://ec.europa.eu/commission_2010-2014/hedegaard/headlines/news/2012-11-14_01_en.htm

http://ec.europa.eu/clima/news/articles/news_2012112902_en.htm

<http://www.pointcarbon.com/news/>

<http://www.icis.com/heren/articles/2012/11/30/9620200/emissions/edcm/back-loading-vote-delayed-until-2013.html>

<http://www.icis.com/heren/articles/2012/12/04/9621093/emissions/edcm/carbon-prices-drop-as-30m-euas-are-withheld-until-phase-iii.html>

<http://www.argusmedia.com/pages/NewsBody.aspx?id=823065&menu=yes>

<http://lowcarbonfacts.eu/2012/11/15/15-november-interfax-too-little-too-late-why-backloading-is-no-cure-for-eu-ets/>

Beatriz Pinto

Consultora Sénior

Bpinto@ecoprogresso.pt



Foto: <http://www.commodities-now.com/reports/environmental-markets/13055-commission-proposes-back-loading-of-900m-eu-ets-allowances.html>

O destino das receitas dos leilões

Para o novo período do CELE, 2013-2020, está definido por Directiva Comunitária que a produção de electricidade não terá direito a licenças gratuitas e que os restantes sectores terão uma redução linear na atribuição de licenças gratuitas de 80% em 2013 para 30% em 2020 (excepto os sujeitos a *carbon leakage*). Este novo critério de atribuição de licenças gratuitas tem como pressuposto que as licenças que não são atribuídas gratuitamente são colocadas à venda em leilão.

As receitas geradas pelos leilões constituem receita do Estado Membro e segundo a Directiva Comunitária, pelo menos 50% desse valor deve ser conduzido para o combate às Alterações Climáticas. Com esta premissa deixou-se a porta aberta para a liberdade do destino das receitas dos leilões e em Portugal, onde actualmente qualquer fonte de receita não passa despercebida a ninguém, este tema levou a longas e duras discussões que entre outros interessados envolveu o Ministério do Ambiente e o Ministério da Economia.

O assunto ficou praticamente fechado e no passado dia 26 de Novembro foi publicado o Decreto-Lei n.º 252/2012 com o objectivo de transpor parcialmente para a ordem jurídica nacional a Directiva 2009/29/EC que define as novas regras do CELE para o pós-2012. O curioso e que está de início explicado no Decreto-Lei para que não haja dúvidas é que a transposição é por enquanto apenas para operacionalizar questões relacionadas com as receitas dos leilões.

As receitas geradas pelos leilões vão constituir receita do Fundo Português de Carbono e serão em primeiro lugar destinadas para promover as energias renováveis através da compensação do sobrecusto total da produção em regime especial a partir de fontes de energia renovável, constituindo assim uma receita a deduzir à tarifa de uso global do Sistema Eléctrico Nacional. Adicionalmente, o restante da receita dos leilões será para ser utilizado na sua totalidade para financiamento das políticas nacionais de mitigação e adaptação às alterações climáticas, para financiamento de mitigação adaptação e capacitação em países terceiros, para financiamento de projectos de investigação, desenvolvimento, inovação e demonstração para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e na cobertura de despesas do Estado resultantes do funcionamento do CELE.

Este será certamente um tema que se manterá em discussão em especial no que respeita a operacionalização dos vários destinos a dar à receita dos leilões.

Catarina Vazão

Directora Geral

cvazao@ecoprogresso.pt

Código de ética carbonfree:

O carbonfree selecciona projectos que garantem uma **efectiva redução de carbono da atmosfera**. Os nossos requisitos para a selecção de créditos estão em linha com o definido pelo International Carbon Reduction and Offset Alliance (ICROA):

Adicionais - o projecto não existiria caso não houvesse o retorno dos créditos de carbono. Por outro lado essa redução não estava já planeada nas políticas existentes;

Mensuráveis - a quantidade reduzida de emissões é determinada de acordo com métodos adoptados internacionalmente;

Permanentes - as reduções de emissões (ou sequestro no caso de projectos florestais) é irreversível. Para projectos de florestação tem de ser demonstrado que a floresta sobrevive pelo menos 30 anos.

Verificáveis - todos os projectos apoiados pelo carbonfree são monitorizados e verificados por uma entidade independente que certifica de acordo com os requisitos locais e específicos do sector em causa;

Contribuição para o desenvolvimento local - são seleccionados créditos de projectos que, preferencialmente, promovem o desenvolvimento sustentável nas comunidades locais. Isto pode ser feito, por exemplo, através da melhoria da biodiversidade local, criação de empregos, assegurar acesso a energia, melhorar as condições de vida e de saúde.



Carbonfree em Novembro e Dezembro

- Iniciativa "Pão de Todos" a realizar-se nos próximos dias 13 a 16 de Dezembro em Lisboa e 6 a 9 de Dezembro no Porto. Esta iniciativa é promovida pela Associação CAIS e tem como patrocinador principal o Banco Santander Totta.



- 2º Fórum de Sustentabilidade organizado pela ANA Aeroportos, SA este ano dedicado ao tema "Aeroportos em contexto de Alterações Globais" realizado a 16 de Novembro de 2012



- 2ª edição do World Tech Tour, um evento internacional organizado pela Gatewit no passado dia 29 de Novembro. Este evento teve como objectivo debater as melhores práticas e estratégias para aumentar a performance e a rentabilidade das PME's fornecedoras.



NOTA: Os textos desta *newsletter* não foram escritos de acordo com o novo acordo ortográfico.

A Ecoprogresso é uma empresa:



Para mais informações contacte:

Maria João Ramos | Departamento de Comunicação
 mramos@ecoprogresso.pt
 T +351 217 981 210